



Relatório
Anual
2018

nucleos
40
ANOS

Segurança em cada passo
para um futuro mais tranquilo

ÍNDICE



ABERTURA 04

1. Introdução 05

2. Mensagens Institucionais 06

3. Fatos Marcantes 09

INSTITUCIONAL 14

4. O Instituto 15

5. Gestão de Benefícios 16

GESTÃO DE INVESTIMENTOS 19

6. Considerações Sobre
a Rentabilidade no ano de 2018 20

7. Política de Investimentos 21

8. Alocação de Investimentos 21

9. Informações Gerais 23

10. Considerações Finais 27

RELATÓRIOS CONTÁBEIS 29

11. Demonstrações Contábeis 30

PARECERES 37

12. Relatório do Auditor Independente 38

13. Parecer Atuarial 41

14. Parecer do Conselho Fiscal 47

15. Manifestação do Conselho Deliberativo 48

16. Mensagem Final 50



1. INTRODUÇÃO

Prezado(a) Participante,

O presente Relatório Anual de Informações (RAI) traz os mais relevantes dados gerenciais do Nucleos relativos ao exercício de 2018. O documento é robusto, com informações bastante consistentes e, apesar das fortes oscilações que marcaram praticamente todos os 12 meses do ano, o resultado do Instituto — como comprovam as páginas a seguir — foi positivo.

Este balanço tem um marco oportuno, pois no presente ano de 2019 o Nucleos completa quatro décadas de existência. Ao longo da sua história, o Instituto enfrentou e venceu desafios, e as dificuldades administrativas, legais, financeiras e estruturais foram superadas com a dedicação das Diretorias e de seu corpo funcional — que deixaram suas incontestáveis contribuições para o fortalecimento e consolidação da entidade.

Hoje o Nucleos está consolidado e com um futuro alvissareiro, por sua gestão transparente, altamente profissional e eficiente; e pela ética, sobretudo. Uma história pontuada por fatos marcantes e grandes conquistas — e resumida na Linha do Tempo, a partir da página 10 desta publicação.

Uma vez mais, destaque-se que a divulgação do conteúdo do RAI visa atender à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e também tem por finalidade apresentar, de forma clara e completa, aos participantes, assistidos, patrocinadoras e colaboradores, o desempenho, as estratégias, os processos e a governança da entidade. Embora a edição da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, tenha desobrigado as Entidades Fechadas de Previdência Complementar a remeter a edição impressa do relatório aos seus participantes, o Nucleos considerou pertinente enviá-lo aos participantes assistidos.

A versão online, digital, navegável e interativa desta publicação pode ser acessada via tablet ou smartphone através do site (www.nucleos.com.br). A versão resumida também foi elaborada para atender a Instrução Previc nº 13 de 12 de novembro de 2014.

Por fim, vale destacar que as duas versões do RAI — impressa e digital — foram produzidas com o apoio dos anunciantes.

Boa leitura a todos!

2. MENSAGENS INSTITUCIONAIS

2.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Nucleos completa
40 anos — e tem bons
motivos para comemorar

O Nucleos completa quatro décadas de existência em 2019 com bons motivos para comemorar. Ao longo destes 40 anos, o Instituto teve de enfrentar uma série intermitente de grandes desafios, internos e externos, que afetaram, em épocas passadas, o necessário crescimento de seu patrimônio. Com perseverança, rigor, bom senso e, acima de tudo, transparência e decisões técnicas, a entidade superou cada obstáculo e, hoje, está sólida e é respeitada no setor de Previdência Complementar.

Se foram grandes os desafios, as conquistas ao longo desse caminho revelaram-se ainda mais superlativas. Há dez anos, chegamos a um patrimônio de R\$ 1 bilhão, depois R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões e, estimamos, em setembro, ao completar 40 anos, atingiremos a marca de 4 bilhões; alcançamos e mantemos as mais prestigiosas certificações internacionais de qualidade e segurança

de nossos controles internos; promovemos uma bem conduzida mudança de gestão de nossos recursos, que se refletiu, notadamente, no desempenho dos investimentos; montamos e aprimoramos continuamente uma equipe de profissionais altamente especializados em suas atribuições.

Cada passo foi dado a partir de uma criteriosa avaliação de risco e de decisões amplamente discutidas e amadurecidas sem pressões extemporâneas — decisões que reforçam a adoção das melhores práticas de governança corporativa de equidade, transparência, prestação de contas e ética, fundamentais para a perenidade do Nucleos.

Assim, é possível assegurar aos nossos participantes e assistidos que o patrimônio do Nucleos tem uma administração de absoluto zelo, seriedade e competência — para que o Instituto possa honrar o compromisso com os seus cerca de 5 mil participantes e assistidos de garantir a cada um deles uma qualidade de vida digna na aposentadoria.

Por tudo isso, o presente Relatório Anual de Informações não poderia ter outro tema que não os 40 anos da criação do Nucleos. Uma história que, reafirmarmos com muito orgulho, é de absoluto sucesso.

Em relação aos resultados do Instituto, principal foco deste relatório, os dados são positivos. Embora 2018 tenha sido um dos exercícios mais desafiadores dos últimos anos para todas as entidades fechadas de previdência complementar, o nosso Programa de Investimentos fechou 2018 com uma rentabilidade acumulada de 10,44%, frente a uma meta atuarial de 9,24%. A superação da meta deveu-se em grande medida aos bons resultados obtidos em títulos públicos indexados ao IPCA (Renda Fixa) e no mercado acionário (Renda Variável), como é detalhado nos capítulos a seguir.

O cenário em 2018 foi marcado por muitas oscilações. No campo positivo as principais contribuições vieram da expectativa de crescimento das economias dos países desenvolvidos, do preço das commodities em patamares elevados e, ainda, da divulgação de dados econômicos brasileiros sólidos. Por outro lado, as oscilações negativas que pontuaram o exercício foram provocadas, entre outras causas no contexto internacional, pela mudança no cenário derivada do arrefecimento do crescimento da economia mundial e na esfera doméstica, pela greve dos caminhoneiros e incertezas do mercado em função da indefinição relacionada às eleições no Brasil.

Esse quadro só começou a ser definido no período eleitoral brasileiro, com as perspectivas de serem realizados um ajuste fiscal e a reforma da previdência, principalmente. A vitória no segundo turno do candidato mais alinhado com o mercado fez com que os ativos entrassem numa rota de valorização. Nesse período, o Nucleos, responsável pelas decisões de macroalocação dos investimentos, tomou a decisão de aumentar a exposição da entidade em títulos públicos indexados ao IPCA e em Renda Variável. Com isso, mais uma vez o Instituto conseguiu cumprir o compromisso de rentabilizar o seu patrimônio acima da meta atuarial, e mantendo um excelente nível de liquidez.

Finalizando, deixamos consignado que o Nucleos, nos últimos anos, manteve-se no rumo certo em decorrência: de a Diretoria Executiva, de os Conselhos Deliberativo e Fiscal e de todos os colaboradores do Instituto formarem uma equipe integrada, comprometida com um trabalho intenso, privilegiando as ações que foram melhores para o nosso fundo de pensão, e obviamente seguindo as regras emanadas pelos órgãos reguladores e de supervisão e fiscalização.

Uma boa leitura!

A Diretoria Executiva



Armindo D'Ascensão Silva
Presidente



Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro



Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios

2.2. MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ano marcado pelo desafio do novo contexto previdenciário

O exercício de 2018 foi marcado pelas eleições presidenciais e pelo cenário desafiador das contas públicas, com a expectativa de aprovação das reformas estruturais — em especial, da Previdência — no presente ano. Se, de um lado, o pleito foi responsável em grande medida por meses de altos e baixos dos principais indicadores econômicos e financeiros do país, por outro lado o resultado das urnas trouxe aos participantes do Nucleos, bem como para o setor previdenciário como um todo, a perspectiva de entrada no país de investidores estrangeiros, de medidas de contenção de gastos públicos e de um crescimento maior do PIB brasileiro nos próximos anos.

Especificamente no contexto de Previdência Social, o conceito relacionado ao planejamento financeiro-previdenciário tem recebido mais e mais atenção — e, nesse sentido, ganha espaço e relevância a questão da previdência complementar. Não por acaso, foi publicada em dezembro de 2018 a resolução nº 25, que contém diretrizes elaboradas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações (CGPAR), do Ministério da Economia. Essas diretrizes orientam a alteração dos regulamentos dos planos de benefícios para adequação de um novo cenário de aposentadoria dos participantes de fundos de pensão.

De forma a adequar-se à nova realidade do setor, o Nucleos constituiu um Grupo de Trabalho com a participação de representantes indicados pelas quatro patrocinadoras (Eletronuclear, INB, Nuclep e do próprio Nucleos). Seu objetivo é definir e implementar um Plano de Ação visando à abertura dos novos planos de Contribuição Definida (CD) e, concomitantemente, promover o fechamento do atual Plano Básico de Benefícios (BD).

3. FATOS MARCANTES

3.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2018

Três acontecimentos de grande relevância marcaram o exercício de 2018 do Nucleos. O primeiro deles, em abril, foi a recondução a seus cargos, para mais um mandato, de Armino D'Ascensão Silva e Luiz Claudio Levy Cardoso, respectivamente presidente e diretor financeiro do Nucleos. Nessas funções desde 2015, os dois executivos permanecerão onde estão até julho de 2021.

O segundo fato importante ocorreu no final de junho, quando o Instituto teve os seus processos e controles internos verificados pela auditoria independente Bureau Veritas. Após cuidadosa análise, o organismo certificador constatou que os mesmos estão em total conformidade com a norma de Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015, reconhecida internacionalmente, e que os gestores e colaboradores do Nucleos mantêm a busca de um mesmo objetivo: a melhoria contínua da qualidade.

Em agosto foi divulgado o resultado da Pesquisa de Satisfação 2018, realizada por uma empresa independente e especializada durante o mês de abril, com metodologia quantitativa e um total de 27 perguntas estruturadas em questionário eletrônico. Os participantes do Nucleos avaliaram a entidade de forma bastante positiva: 87,6% do total da amostra (514 respondentes; ou seja, mais de 10% do total de participantes ativos, aposentados, pensionistas e em auxílio-doença) consideraram o Instituto “excelente” ou “bom”.

Outro destaque da pesquisa foi a pergunta “Eu recomendaria a adesão ao Fundo de Pensão do Nucleos a um novo empregado da minha patrocinadora”, que obteve a concordância, total e parcial, de 84,2% dos entrevistados. Nessa edição da pesquisa, as avaliações de satisfação foram maiores entre os grupos de assistidos (aposentados, pensionistas e em auxílio-doença), justamente aqueles que já experimentam o recebimento dos benefícios e que, talvez, podem melhor avaliar a importância do Instituto e do plano. O grau de aprovação (somatório das avaliações “excelente” e “bom”) do Nucleos alcança 95,1% entre aposentados e 100% entre pensionistas e participantes em auxílio-doença.

A pesquisa detectou que 48,4% dos entrevistados solicitaram ao Instituto algum tipo de informação, serviço ou orientação nos últimos 12 meses. E 87,5% desses entrevistados classificaram a qualidade do Atendimento do Instituto como “excelente” ou “boa”. Em relação aos canais de comunicação do Nucleos, eles foram aprovados por 80,5% dos participantes, sendo que o site da entidade recebeu a aprovação de 84,4% dos respondentes. O canal preferido são os boletins eletrônicos por e-mail (80,8%).

3.2. PRINCIPAIS FATOS RELACIONADOS AOS 40 ANOS DO NUCLEOS

O Nucleos inicia suas atividades com sede na Rua da Alfândega nº 80.

1979



1984

Logomarca do Nucleos é escolhida através de concurso. Instituto participa pela primeira vez da Assembleia Geral Ordinária da Abrapp.



Definida em 25% a redução da contribuição do participante. É proposta a revisão do Estatuto e do Plano Básico de Benefícios.

1985



1986

Os representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal são escolhidos em eleição.

Nucleos completa 10 anos.

1989



1994

É criada a Associação dos Aposentados do Nucleos – Asan. Surge o Nuclin, primeiro veículo de comunicação oficial do Instituto.

São criados o Comitê Consultivo de Investimentos e o Programa de Visita às Patrocinadoras.

1995



1996

É aprovado o novo Plano Básico de Benefícios.

Surge o empréstimo para pensionistas. Entra em atividade o atendimento telefônico gratuito (0800) do Instituto.

1997



1998

O Nucleos realiza o primeiro seminário sobre benefícios para os representantes locais.

Às vésperas da virada do milênio, o Instituto se prepara para um possível colapso na rede mundial de computadores, superando o momento sem maiores dificuldades. Nucleos completa 20 anos.

1999



2002

O site www.nucleos.com.br é lançado na Internet.

Pela primeira vez, um profissional do Instituto participa da Comissão Técnica Nacional da Abrapp.

2004



Novos conselheiros e Diretoria Executiva tomam posse e se inicia uma série de ações com o objetivo de uma completa reestruturação do Instituto.

2005



2006

É criado o Código de Conduta e Ética da entidade. O Nucleos conquista a certificação ISO 9001:2000. Lançamento de novo canal de comunicação: o informativo eletrônico Nuclin Express. Inauguração da sala exclusiva para o atendimento presencial ao participante.

O patrimônio do Nucleos chega à marca de R\$ 1 bilhão.

2008



2009

Nucleos é recertificado pela ISO 9001:2008. Modernização do parque tecnológico. Em setembro, o Instituto completa 30 anos.

Dirigentes do Nucleos são certificados para a gestão de planos de previdência complementar.

2010



2011

Com ativo total de R\$ 1,45 bilhão, o Nucleos fecha 2010 com superávit de R\$ 23,7 milhões. Sede do Nucleos muda para seu endereço atual: Av. República do Chile nº 230 – 15º andar.

Nucleos apresenta novo portal na internet, lança o seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária e é recertificado pela ISO 9001:2008.

2012



Programa de Educação Financeira e Previdenciária é ampliado com a produção de uma série de vídeos voltados para os participantes. Representantes do Nucleos nas patrocinadoras visitam o Instituto para palestras de reciclagem.

2013



2014

Instituto chega aos 35 anos com patrimônio de R\$ 2 bilhões.

Novo site do Nucleos vai ao ar; Pesquisa de Satisfação revela que participantes estão “muito satisfeitos” com a entidade. É recertificado pela ISO 9001:2008. É instituído o Relatório Gerencial Trimestral para os participantes.

2015



2016

Comitiva da equipe técnica da Caixa de Assistência Social de Angola realiza visita técnica ao Nucleos; Informativo Nuclin Express chega à sua 100ª edição.



Lançamento do portal de Educação Financeira e Previdenciária do Nucleos – Saber e Poupar. Patrimônio do Instituto supera R\$ 3 bilhões.

2017



2018

Nucleos é recertificado pela ISO 9001:2015; Pesquisa de Opinião realizada a cada três anos revela satisfação elevada dos participantes com o Nucleos; Portal do Nucleos recebe mais de 10 mil visualizações.



Instituto completa 40 anos.

2019



4. O INSTITUTO

Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Seguridade Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

São três as esferas estatutárias responsáveis pela deliberação, administração e fiscalização do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno do Instituto, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é também um órgão não estuário de grande importância para o Instituto; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras do Nucleos.

5. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

5.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

doras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

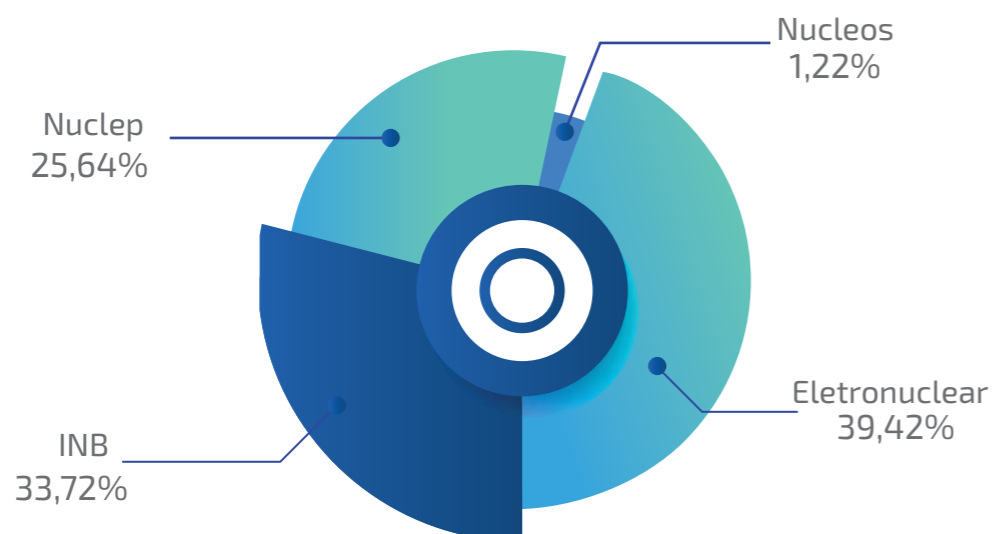
5.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

No encerramento do exercício de 2018, o Nucleos contou com 3.206 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

PATROCINADORA	2017	2018	VARIAÇÃO
INB	1.135	1.081	-4,76%
Eletronuclear	1.348	1.264	-6,23%
Nuclep	871	822	-5,63%
Nucleos	40	39	-2,50%
TOTAL	3.394	3.206	-5,54%

Observação: Do total de 3.206 participantes em 2018, 19 são autopatrocinados (ex-empregados que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



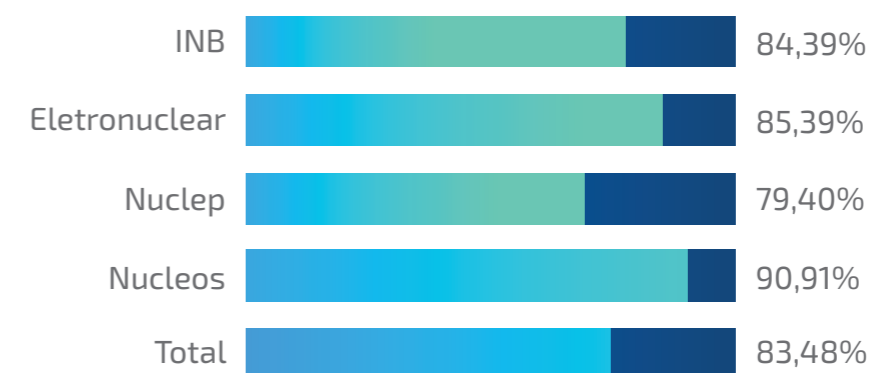
5.1.2. RELAÇÃO PARTICIPANTES/EMPREGADOS

O percentual de adesão dos empregados das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2018 foi o seguinte:

PATROCINADORA	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	ADESÃO
INB	1.076	1.275	84,39%
Eletronuclear	1.257	1.472	85,39%
Nuclep	821	1.034	79,40%
Nucleos	30	33	90,91%
TOTAL	3.184	3.814	83,48%

Observação: Na coluna “Participantes” foram desconsiderados os 19 autopatrocinados (ex-empregados que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO

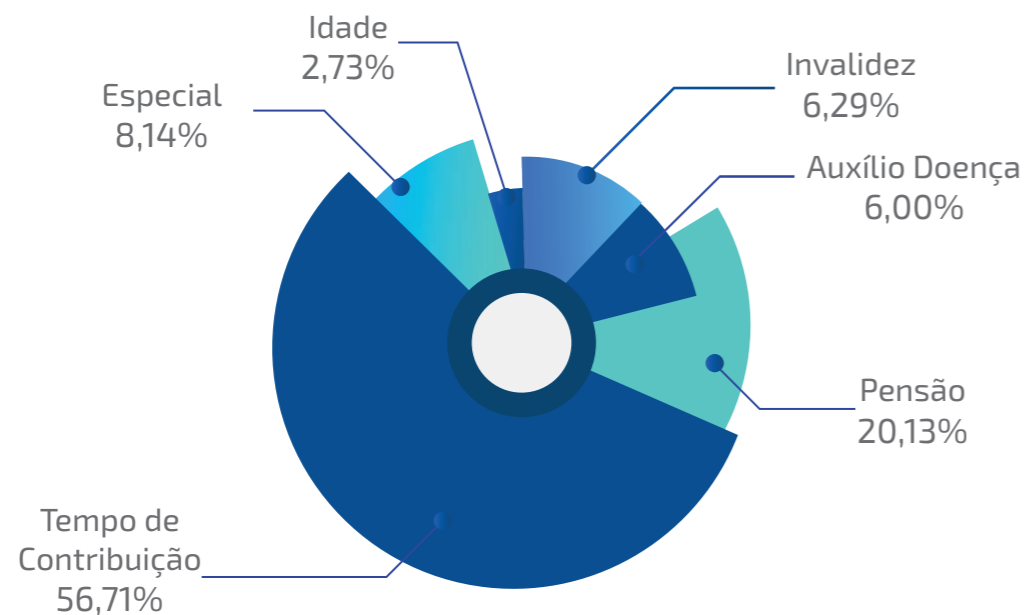


5.1.3. ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.684, o que significa um aumento de 11,45% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2017	2018	VARIAÇÃO ANUAL
Tempo de Contribuição	819	955	16,61%
Especial	128	137	7,03%
Idade	35	46	31,43%
Invalidez	100	106	6,00%
Auxílio-Doença	93	101	8,60%
Pensão	336	339	0,89%
Total	1.511	1.684	11,45%

DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



5.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios previstos no regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2018 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mirador Atuarial, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância

com as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2018. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2019 a 31/03/2020.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mirador Atuarial encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada. Para informações sobre a paridade referente ao plano de custeio de 2018, verificar item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste Relatório Anual de Informações.

Gestão de Investimentos

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENTABILIDADE NO ANO DE 2018

Após um intenso ano com muitas reviravoltas no Brasil e no exterior, podemos dizer que o Instituto mais uma vez conseguiu cumprir o compromisso de rentabilizar o seu patrimônio acima da meta atuarial, mantendo um excelente nível de liquidez.

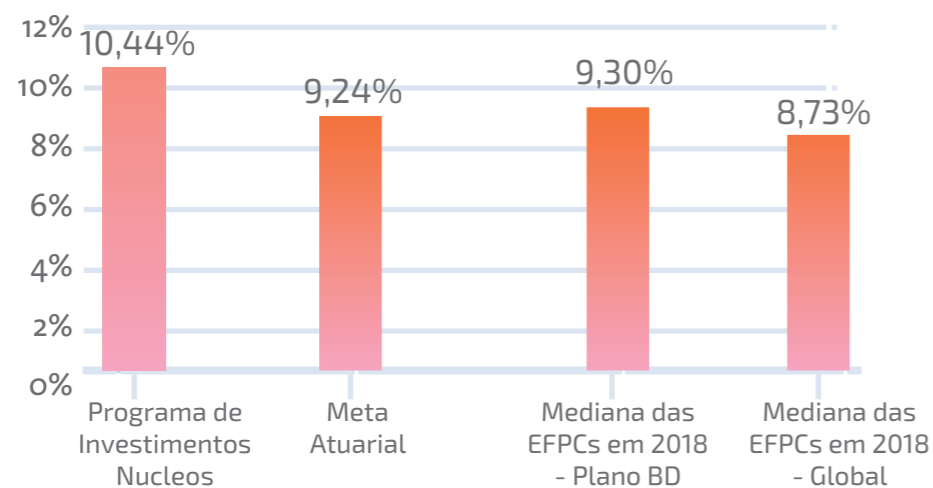
Podemos afirmar que após a conclusão das eleições no Brasil – acontecimento mais aguardado localmente – um clima mais otimista com o cenário doméstico despontou entre os investidores nacionais. Isso contribuiu de forma significativa para os retornos positivos alcançados nos últi-

mos meses do ano de 2018.

Como no ano anterior, a superação da meta atuarial deveu-se em grande medida aos bons resultados obtidos nos investimentos em títulos públicos indexados à inflação (Renda Fixa) e no mercado acionário (Renda Variável). Outro fator importante foi os baixos índices de inflação registrados no exercício.

Em 2018 os investimentos acumularam rentabilidade de 10,44%*, ante uma meta atuarial de 9,24%.

Programa de Investimentos x Meta Atuarial x Mediana EFPCs



(*) Rentabilidade global da carteira de investimentos.
Fonte: Aditus / Nucleos

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2017	2018
CDI	9,94%	6,42%
Dólar Ptax Venda	1,49%	17,13%
Ibovespa	26,84%	15,05%
IMA-B	12,79%	13,06%
Meta Atuarial	8,02%	9,24%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil, através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado Anbima categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas onze regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

7. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Ela obedece aos parâmetros definidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho

Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2019 a 2023 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 10 de dezembro de 2018, e sua íntegra está disponibilizada em nosso website.

Conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CGPC nº 15/2014, em seu Anexo único, a parcela de juros que compõe a meta atuarial juntamente com o INPC, ou seja, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano acima da taxa de juros parâmetro, conforme Instrução nº 19/2015 da Previc.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 363/2018, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente.

Com base em estudo elaborado pela empresa Mercer Gama Consultores para o exercício de 2019, o Instituto adotou a taxa real anual de juros de 5,43% ao ano.

8. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

8.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS (ALM)

A metodologia empregada é o *Asset Liability*

Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também, orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e

classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

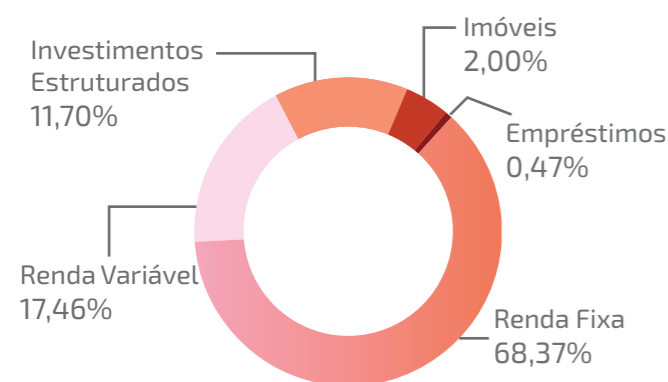
As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da B3; e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco, utilizando as fontes acima descritas.

8.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

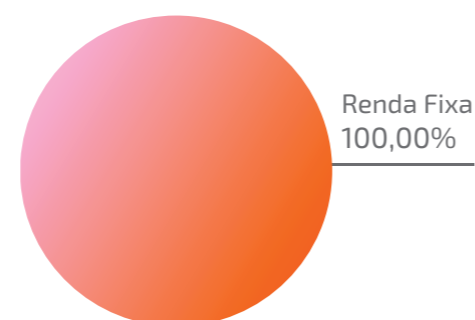
8.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



8.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA



9. INFORMAÇÕES GERAIS

9.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

DESCRIÇÃO	2018		2017	
		(%)		(%)
Renda Fixa	2.098.004	66,12	2.191.790	72,95
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.152.240	36,31	1.315.845	41,96
Quotas de Fundos de Multimercado	936.199	29,51	866.278	30,57
Debêntures não Conversíveis	9.565	0,30	9.668	0,42
Renda Variável	554.146	17,46	300.871	12,40
Quotas de Fundos de Investimento	554.146	17,46	300.871	12,40
Investimento Estruturado	371.072	11,70	237.232	8,78
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	92.929	2,93	93.009	3,75
Quotas de Fundos de Multimercado	278.143	8,77	144.223	5,03
Investimento Imobiliários	63.556	2,00	63.955	2,80
Empréstimos aos Participantes	14.926	0,47	14.590	0,55
Outros	71.476	2,25	66.378	2,55
Total dos Investimentos	3.173.179	-	2.874.816	-
(+) Disponível	61	0,00	79	0,01
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-245	0,00	-382	-0,04
(=) Total dos Recursos	3.172.995	100,00	2.874.514	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

DESCRIÇÃO	2018		2017	
		(%)		(%)
Renda Fixa	12.740	99,95	12.745	99,95
Quotas de Fundos de Renda Fixa	12.740	99,95	12.745	99,95
Total dos Investimentos	12.740	-	12.745	-
(+) Disponível	6	0,05	6	0,05
(=) Total dos Recursos	12.746	100,00	12.751	100,00

9.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO EM 31/12/2018	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (RES. 4,661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	68,37%	63,49%	24,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	17,46%	17,60%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	11,70%	15,61%	0,00%	20,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2,93%	3,09%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	8,77%	12,52%	0,00%	15,00%	15,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,71%	0,00%	10,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,00%	2,10%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	2,00%	2,10%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Outros imóveis	,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,47%	0,49%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,47%	0,49%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO EM 31/12/2018	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (RES. 4,661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok

continua na página seguinte

continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO EM 31/12/2018	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (RES. 4,661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

9.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2018)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	309.368	9,75%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	412.359	13,00%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	215.518	6,79%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	100.228	3,16%
Nucleos V Santander ALM RF LP	Renda Fixa	375.437	11,83%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	364.444	11,49%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	626.831	19,76%
Moat Capital FIA	Renda Variável	104.344	3,29%
Neo Navitas FIC FIA	Renda Variável	21.654	0,68%
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Renda Variável	39.774	1,25%
Vinci Mosaico FIA	Renda Variável	33.268	1,05%
Sul América Equities FIA	Renda Variável	39.359	1,24%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	28.981	0,91%

continua na página seguinte

continuação da página anterior

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2018)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
Sharp Long Short FIM	Estruturado	29.385	0,93%
Mauá Macro FIC FIM	Estruturado	73.196	2,31%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	71.618	2,26%
Garde D'Artagnan FIC FIM	Estruturado	30.588	0,96%
Absolute Vertex II FIC FIM	Estruturado	44.376	1,40%
Energia PCH FIP	Estruturado	4.624	0,15%
CRT FIP	Estruturado	88.304	2,78%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		3.013.656	94,98%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Renda Fixa	9.565	0,30%
Carteira Própria	Imóveis	63.556	2,00%
Carteira Própria	Empréstimos	14.926	0,47%
TOTAL GESTÃO INTERNA		88.047	2,77%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS		71.476	2,25%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		-184	-0,01%
TOTAL		3.172.995	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2018)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	12.740	99,95%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		12.740	99,95%
DISPONÍVEL		6	0,05%
TOTAL		12.746	100,00%

Observação: A Resolução CMN nº 4.661/2018 estabelece diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar,

que considera os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

9.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	11,33	11,34	
Renda Variável	15,71	15,83	
Investimento Estruturado	4,72	4,95	9,24
Imobiliário	3,07	1,13	
Empréstimos	10,39	9,80	

SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	6,37	6,37

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa CETIP, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos Imobiliários e de Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquido das despesas judiciais menos a recuperação dessas despesas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encerramento do exercício de 2018, o superávit acumulado do Plano Básico de Benefícios – PBB monta a R\$ 107,0 milhões, equivalente a 3,09% das provisões matemáticas. No ano anterior, o superávit acumulado de R\$ 263,1 milhões, representa 8,75% das provisões matemáticas. Essa contração se deu em

decorrência das alterações de premissas atuariais, como redução da taxa de juros, de 5,61% para 5,43%, aumento do fator de capacidade de 98,14% para 98,24%, alteração da composição familiar (benefícios a conceder), além do crescimento real do Salário Real de Benefício – SRB acima do esperado, o que gerou um incremento nas provisões matemáticas.

De todo modo, o resultado dos investimentos decorreu principalmente do bom desempenho nos títulos públicos indexados à inflação (Renda Fixa) e no mercado acionário (Renda Variável).

No que se refere a gestão dos títulos indexados ao IPCA (NTNBs), o êxito se deu em função do Instituto acreditar na tendência de queda da inflação e dos juros, o que de fato ocorreu.

No que tange à Renda Variável, a importante parcela alocada pelo Nucleos no segmento foi determinante, haja vista o comportamento bastante positivo no ano de 2018.

É relevante salientar que a vitória do candidato mais alinhado com o mercado fez com que os ativos entrassem em rota de

valorização, aproveitada pelo Nucleos, responsável pela macroalocação, que tomou

a decisão de aumentar a exposição da entidade nos ativos acima mencionados.

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado do Nucleos.

EXERCÍCIO	ATIVO LÍQUIDO DO PLANO*	PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMAT)	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	% SUPERÁVIT - DÉFICIT S/ PMAT
2013	1.865.479	2.138.925	(273.446)	12,78
2014	2.233.029	2.385.669	(152.640)	6,40
2015	2.429.865	2.513.228	(83.363)	3,32
2016	2.918.608	2.785.453	133.155	4,78
2017	3.269.640	3.006.576	263.064	8,75
2018	3.566.509	3.459.505	107.004	3,09

* Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

Em relação a 2019, preocupações com o arrefecimento do crescimento da economia global; política monetária dos Estados Unidos da América; questões geopolíticas, em especial a disputa comercial entre a China e Estados Unidos, negociação da Inglaterra com a União Europeia (Brexit), e endereçamento e êxito na aprovação das medidas de cunho fiscal, como a Reforma da Previdência no Brasil, com certeza trarão ruídos e muita volatilidade aos ativos brasileiros.

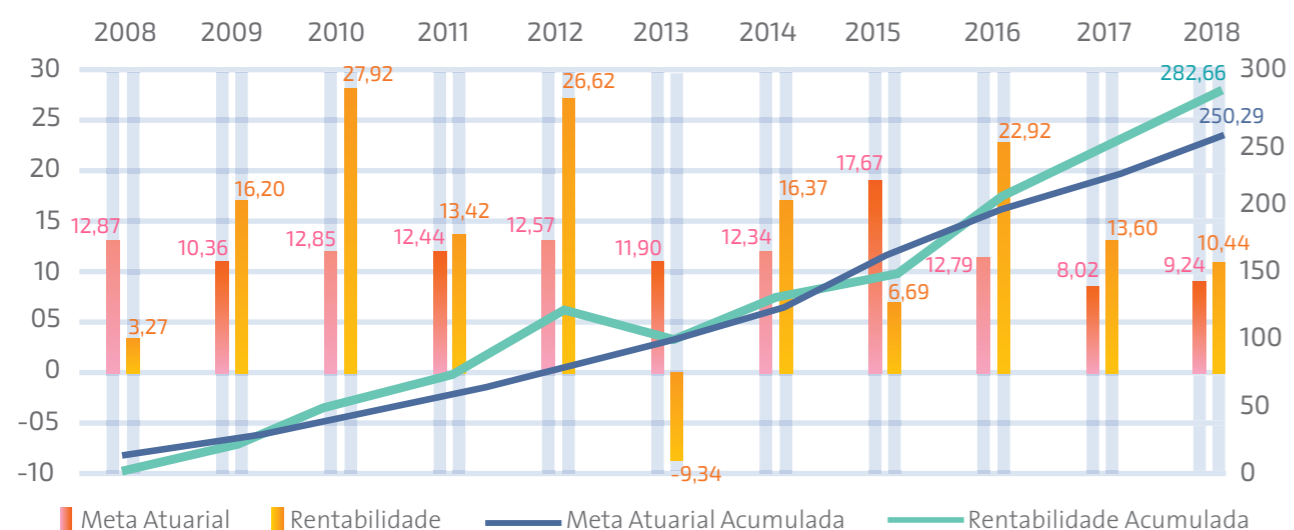
mente os brasileiros, que o ano de 2019 será construtiva, não só no âmbito econômico, mas também no político (obviamente, sempre com a condição de o Congresso Nacional aprovar as reformas).

Nesse contexto o Brasil pode se transformar em uma excelente alternativa de investimento comparado tanto com os emergentes como com os países desenvolvidos.

Entretanto, parece prevalecer uma visão positiva entre os investidores, especifica-

Fica evidente o sucesso da gestão dos recursos conforme gráfico abaixo.

META ATUARIAL X RENTABILIDADE - %



O gráfico apresenta duas informações relevantes: a primeira é que, no acumulado no período de 11 anos (2008 a 2018), a rentabilidade do Nucleos supera a meta atuarial; e a segunda mostra a capacidade assertiva da macroalocação (73% de acerto).

Relatórios Contábeis

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2018	2017
Disponível	4	67	85
Realizável		3.589.958	3.291.326
Gestão previdencial	5	403.300	403.594
Gestão administrativa	6	738	170
Investimentos	7	3.185.920	2.887.562
Créditos privados e depósitos		9.565	9.668
Fundos de investimento		3.026.397	2.732.971
Investimentos imobiliários		63.556	63.955
Empréstimos e financiamentos		14.926	14.590
Depósitos judiciais/recursais		-	322
Outros realizáveis		71.476	66.056
Permanente	8	1.111	110
Imobilizado		736	102
Intangível		375	8
Total do ativo		3.591.136	3.291.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2018	2017
Exigível operacional	9	6.722	6.208
Gestão previdencial		4.624	4.635
Gestão administrativa		1.852	1.516
Investimentos		246	57
Exigível contingencial	10	1.283	984
Gestão previdencial		1.240	624
Gestão administrativa		43	35
Investimentos		-	325
Patrimônio social		3.583.131	3.284.329
Patrimônio de cobertura do plano	11	3.566.509	3.269.640
Provisões matemáticas	11.1	3.459.505	3.006.576
Benefícios concedidos		1.464.337	1.213.022
Benefícios a conceder		2.000.303	1.808.063
(-) Provisões matemáticas a constituir		(5.135)	(14.509)
Equilíbrio técnico	11.2	107.004	263.064
Resultados realizados		107.004	263.064
Superávit técnico acumulado		107.004	263.064
Fundos	12	16.622	14.689
Fundos administrativos		12.700	11.480
Fundos dos investimentos		3.922	3.209
Total do passivo e patrimônio social		3.591.136	3.291.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	3.284.329	2.930.635	12,07
1 Adições	442.595	478.859	-7,57
Contribuições previdenciais	123.241	116.880	5,44
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	301.137	343.428	-12,31
Receitas administrativas	16.716	16.672	0,26
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	788	1.054	-25,24
Reversão líquida de contingências - Gestão administrativa	-	129	-100,00
Constituição de fundos de investimento	713	696	2,44
2 Destinações	(143.793)	(125.165)	14,88
Benefícios	(126.893)	(109.109)	16,30
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(616)	(167)	268,86
Despesas administrativas	(16.276)	(15.889)	2,44
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(8)	-	100,00
3 Acréscimo no patrimônio social (1+2)	298.802	353.694	-15,52
Provisões matemáticas	452.929	221.123	104,83
Superávit/(déficit) técnico do exercício	(156.060)	129.909	-220,13
Fundos administrativos	1.220	1.966	-37,95
Fundos dos investimentos	713	696	2,44
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	3.583.131	3.284.329	9,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	11.480	9.514	20,66
1 Custeio da gestão administrativa	17.504	17.726	-1,25
1.1 Receitas	17.504	17.726	-1,25
Custeio administrativo da gestão previdencial	15.514	15.323	1,25
Custeio administrativo dos investimentos	1.107	1.069	3,55
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	69	70	-1,43
Receitas diretas	16	21	-23,81
Resultado positivo líquido dos investimentos	788	1.054	-25,24
Outras receitas	10	189	-94,71
2 Despesas administrativas	16.276	15.889	2,44
2.1 Administração previdencial	8.669	8.422	2,93
Pessoal e encargos	5.654	5.455	3,65
Treinamentos/congressos e seminários	104	61	70,49
Viagens e estadias	67	56	19,64
Serviços de terceiros	1.486	1.258	18,12
Despesas gerais	728	941	-22,64
Depreciações e amortizações	54	74	-27,03
Tributos	576	577	-0,17
2.2 Administração dos investimentos	7.607	7.467	1,87
Pessoal e encargos	5.015	4.838	3,66
Treinamentos/congressos e seminários	93	53	75,47
Viagens e estadias	59	50	18,00
Serviços de terceiros	1.238	1.114	11,13
Despesas gerais	645	834	-22,66
Depreciações e amortizações	47	66	-28,79
Tributos	510	512	-0,39
3 Constituição/(reversão) de contingências administrativas	8	(129)	-106,20
4 Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5 Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6 Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	1.220	1.966	-37,95
7 Constituição do fundo administrativo (6)	1.220	1.966	-37,95
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	12.700	11.480	10,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

11.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1 Ativos	3.589.241	3.289.970	9,10
Disponível	61	79	-22,78
Recebível	416.000	415.074	0,22
Investimento	3.173.180	2.874.817	10,38
Créditos privados e depósitos	9.565	9.668	-1,07
Fundos de investimento	3.013.657	2.720.226	10,79
Investimentos imobiliários	63.556	63.955	-0,62
Empréstimos e financiamentos	14.926	14.590	2,30
Depósitos judiciais/recursais	-	322	-100,00
Outros realizáveis	71.476	66.056	8,21
2 Obrigações	6.110	5.641	8,31
Operacional	4.870	4.692	3,79
Contingencial	1.240	949	30,66
3 Fundos não previdenciais	16.622	14.689	13,16
Fundos administrativos	12.700	11.480	10,63
Fundos dos investimentos	3.922	3.209	22,22
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	3.566.509	3.269.640	9,08
Provisões matemáticas	3.459.505	3.006.576	15,06
Superávit técnico	107.004	263.064	-59,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	3.269.640	2.918.608	12,03
1 Adições	439.892	475.631	-7,51
Contribuições previdenciais	138.755	132.203	4,96
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	301.137	343.428	-12,31
2 Destinações	(143.023)	(124.599)	14,79
Benefícios	(126.893)	(109.109)	16,30
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(616)	(167)	268,86
Custeio administrativo	(15.514)	(15.323)	1,25
3 Acréscimo no ativo líquido (1+2)	296.869	351.032	-15,43
Provisões matemáticas	452.929	221.123	104,83
Superávit/(déficit) técnico do exercício	(156.060)	129.909	-220,13
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	3.566.509	3.269.640	9,08
C) Fundos não previdenciais	16.622	14.689	13,16
Fundos administrativos	12.700	11.480	10,63
Fundos dos investimentos	3.922	3.209	22,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	3.576.541	3.278.490	9,09
1 Provisões matemáticas	3.459.505	3.006.576	15,06
1.1 Benefícios concedidos	1.464.337	1.213.022	20,72
Benefício definido	1.464.337	1.213.022	20,72
1.2 Benefícios a conceder	2.000.303	1.808.063	10,63
Benefício definido	2.000.303	1.808.063	10,63
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir	(5.135)	(14.509)	-64,61
(-) Serviço passado	(5.135)	(14.509)	-64,61
(-) Patrocinadores	(5.135)	(14.509)	-64,61
2 Equilíbrio técnico	107.004	263.064	-59,32
2.1 Resultados realizados	107.004	263.064	-59,32
Superávit técnico acumulado	107.004	263.064	-59,32
Reserva de contingência	107.004	263.064	-59,32
3 Fundos	3.922	3.209	22,22
3.1 Fundos previdenciais	-	-	0,00
3.2 Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	3.922	3.209	22,22
4 Exigível operacional	4.870	4.692	3,79
4.1 Gestão previdencial	4.624	4.635	-0,24
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	246	57	331,58
5 Exigível contingencial	1.240	949	30,66
5.1 Gestão previdencial	1.240	624	98,72
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	-	325	-100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARECERES

12. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido do plano de benefícios, da mutação do ativo líquido do plano de benefícios e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 7.6.2 às demonstrações contábeis, a Entidade reconheceu, em 2014, o valor a receber da União relacionado à atualização monetária de

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 69.150 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 63.833 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar (ABRAPP) contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, julgada improcedente em primeira instância, com acórdão confirmado pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial da União. O processo se encontra, presentemente, em fase recursal para julgamento dos tribunais superiores. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, um ativo cuja confirmação final depende de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

Conseqüentemente, o patrimônio social e o saldo de “Outros realizáveis” em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a maior em R\$ 69.150 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 63.833 mil) e o déficit do exercício findo nessa data está apresentado a menor em R\$ 5.317 mil (31 de dezembro de 2017 - superávit apresentado a maior em R\$ 4.066 mil).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apro-

priados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclu-

sões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-4

13. PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0258/2019

AValiação ATUARIAL DO ENCERRAMENTO DE 2018 DO PBB

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB, administrado pelo NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.

O PBB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1979.0022-74 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer

o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de ativos, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Ordinária datada em 27/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PBB foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base da avaliação 31/12/2018 e data-base do cadastro 30/06/2018.

2. ESTATÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Evolução do Quantitativo de Participantes	2017	2018
Ativos	3.404	3.263
Participantes em BPD	4	2
Assistidos	1.423	1.533
Aposentados	970	1.063
Aposentados por Invalidez	123	127
Pensionistas	330	343
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	4.831	4.798

Idade média dos Participantes	2017	2018
Ativos	43,65	44,14
Participantes em BPD	32,75	55,00
Aposentados	67,78	68,12
Aposentados por Invalidez	60,28	59,97
Pensionistas	59,90	60,87
Total	50,05	51,08

3. PREMISSAS E MÉTODOS EMPREGADOS

Premissa	2017	2018
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,61%	5,43%
Fator de Capacidade	98,14%	98,24%
Crescimento Real Salarial	2,01%	2,01%
Taxa de Carregamento	15,00%	15,00%
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	TASA - 1927
Entrada em Auxílio-Doença	GAMA_EXP NUCLEOS 2015	GAMA_EXP NUCLEOS 2015
Mortalidade de Inválidos	AT-49 (Agravada em 100%) M&F	AT-49 (Agravada em 100%) M&F
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	GAMA - Exp. Rotatividade - NUCLEOS - 2015	GAMA - Exp. Rotatividade - NUCLEOS - 2015
Estrutura Familiar	Benefícios a Conceder: Exp. Nucleos 2017 - Fator de reversão médio Benefícios Concedidos: Família Real	Benefícios a Conceder: Exp. Nucleos 2018 - Fator de reversão médio Benefícios Concedidos: Família Real

Benefício	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Suplementação da Aposentadoria por Idade*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Aposentadoria Especial*	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Aposentadoria por Invalidez*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Pensão	Capitalização	Agregado
Suplementação do Auxílio Reclusão	Capitalização	Agregado
Suplementação do Auxílio Doença	Capitalização	Agregado
BPD - Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Suplementação do Abono Anual	Capitalização	Agregado

* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.

4. RESULTADO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA

A avaliação atuarial foi efetuada para dois grupos distintos deste plano previdenciário: benefícios já concedidos e benefícios a conceder. Os resultados obtidos demonstram o nível de compromisso assumido com os participantes, conforme estabelecido no Regulamento do plano

previdenciário.

Os valores referentes ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram informados pela área contábil do NUCLEOS, não passando por qualquer validação ou auditoria por parte da Mirador Atuarial.

O resultado técnico do PBB, na posição de 31/12/2018, foi o seguinte:

Ativo Total	3.589.240.920,58
(-) Exigível Operacional	4.869.740,52
Gestão Previdencial	4.624.242,14
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	245.498,38
(-) Exigível Contingencial	1.239.871,00
Gestão Previdencial	1.239.871,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	3.583.131.309,06
(-) Fundos	16.622.216,27
Previdenciais	0,00
Administrativos	12.700.283,34
Dos investimentos	3.921.932,93
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	3.566.509.092,79
PMBC	1.464.337.381,01
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
VABF - Programados	1.241.101.778,68
VABF - Não-Programados	223.235.602,33
VACF Participantes	0,00
VACF Patrocinadores	0,00
PMBaC	2.000.302.692,53
Saldo de contas - parcela patro./inst.	0,00
Saldo de contas - parcela participantes	0,00
VABF - Programados	2.397.066.576,18
VABF - Não-Programados	179.146.106,71
VACF Participantes	(250.959.588,20)
VACF Patrocinadores	(324.950.402,16)
(=) Passivo Atuarial	3.464.640.073,54

Serviço Passado	(5.134.681,77)
Patrocinador(es)	(5.134.681,77)
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
(=) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.134.681,77)

Patrimônio de Cobertura	3.566.509.092,79
Provisões Matemáticas	3.459.505.391,77
(+) Passivo Atuarial	3.464.640.073,54
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.134.681,77)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	107.003.701,02
(+/-) Ajuste Precificação	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	107.003.701,02

Apresentamos a Análise Solvência do PBB no encerramento do exercício de 2018, com base na Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações (Resoluções CNPC nº 14/2014 e 16/2014 e pela Resolução CNPC nº 22/2015):

Resultado Contábil

* Situação: Superavitário

* Resultado Técnico Acumulado:
R\$ 107.003.701,02

* *Duration* do Passivo: 16,72 anos

* Limite da Reserva de Contingência (em %):
= Mínimo [25%; 10% + 1% x *Duration* Passivo] = 25,00% das Provisões Matemáticas
= R\$ 864.876.347,94

* Reserva de Contingência: R\$ 107.003.701,02

* Reserva Especial para Revisão do Plano:
R\$ 0,00

Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)

* Ajuste de Precificação: R\$ 0,00

* Resultado Técnico Ajustado:

R\$ 107.003.701,02

* % Superávit em relação às Provisões Matemáticas: 3,09%

Conclusão: não há nenhuma ação necessária. O plano apresenta ETA positivo. Ou seja, considera-se que a sua situação de solvência está equilibrada.

5. RENTABILIDADE DO EXERCÍCIO

A rentabilidade nominal líquida, obtida pelo NUCLEOS na aplicação dos investimentos deste Plano, ao longo de 2018, foi de 10,44% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,24%, o que, em termos reais, representou obter 6,77% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,61% ao ano estabelecida para 2018, tomando como indexador base

o INPC do IBGE.

Sendo assim, pode-se dizer que os investimentos do plano obtiveram um ganho de 1,10% em comparação com a meta atuarial do exercício de 2018.

6. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Para o exercício de 2019 indica-se a manutenção do Plano de Custeio vigente em 2018.

Plano de Custeio - Custeio Previdenciário			
Participantes Ativos ¹	Percentual geral sobre o Salário de participação	2,83%	
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto do INSS	2,81%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto do INSS	5,70%	
Patrocinadoras ¹	Contribuição normal (ativos)	Paritária à dos participantes	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Contribuição normal (assistidos que recebem Abono de Aposentadoria)	Paritária à contribuição líquida (6,80% do valor do benefício, destinada ao PBB)	sobre esta contribuição da patrocinadora não haverá taxa de carregamento.
	Contribuição extraordinária (serviço passado)	0,75%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
Assistidos ²	Aposentados com Abono de Aposentadoria ³	8,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Aposentados sem Abono de Aposentadoria, Auxílio-doença e Pensionistas	1,20%	100% destinado ao custeio administrativo
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa)	15,00%	Incidente sobre o valor da contribuição hipotética, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte)	0,40%	Incidente sobre o Salário de Participação hipotético, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de invalidez)	0,34%	

¹ Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. Na execução do plano de custeio a verificação da paridade com a patrocinadora se dará de acordo com a Instrução Normativa Nucleos nº 1, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

² Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

³ Percentual de Contribuição incidente sobre o valor do Benefício dos Aposentados que possuem Abono de Aposentadoria, conforme previsto no Plano de Custeio desde a implantação do PBB, informado pelo NUCLEOS.

Taxas Médias	2018	2017
1) Patrocinadora (sobre os salários)	10,04%	10,93%
1.1) Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,62%	7,71%
1.2) Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	1,67%	1,41%
1.3) Extraordinária - Serviço Passado	0,75%	1,81%
2) Participantes Ativos (sobre os salários)	7,62%	7,71%
3) Participantes Assistidos (sobre os benefícios)	8,00%	8,00%

Os percentuais acima foram apurados brutos da taxa de carregamento.

7. CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/06/2018 e posicionado em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção das premissas de Taxa Real Anual de Juros, Fator de Capacidade, Tábua de Entrada em Invalidez e a Composição Familiar dos participantes em atividade, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 107.003.701,02, que representa

3,09% das provisões matemáticas. Conforme informado pelo NUCLEOS, o plano não apresenta ajuste de precificação de seus títulos financeiros. Por fim, por este plano apresentar o equilíbrio técnico positivo, considera-se que o mesmo está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018 do Plano Básico de Benefícios, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2018 situação de equilíbrio técnico dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2019.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

14. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 141ª reunião do Conselho Fiscal Realizada em 14 de março de 2019.

O Conselho Fiscal do Nucleos - Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço patrimonial; Demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas; e as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório do auditor independente (Parecer) emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 22 de fevereiro de 2019.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 e data-base cadastral em 30/06/2018, de acordo com o Parecer Atuarial emitido em 08/02/2019.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

Conforme registrado no seu relatório, o Auditor Independente PricewaterhouseCoopers não concordou com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 69.150 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

Dessa forma, o auditor independente emitiu opinião com ressalva (Parecer emitido em 22/02/2019), pois entende que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.2), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, o membros do Conselho Fiscal concordam e acompanham a opinião do auditor independente, pois entendem que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

O Conselho Fiscal considera que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2018 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil do valor a receber da União relacionado a atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 69.150 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas.

Fernando Cesar Braz Teixeira
Presidente do Conselho Fiscal

Luiz Fernando Henriques
Conselheiro Titular

Luis Antônio Domingues Correia
Conselheiro Titular

Marcella Ferreira Aires de Souza
Conselheira Titular

15. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, em sua 191ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25/03/2019, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 38, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.2, o Nucleos manteve no exercício de 2018 o registro contábil do crédito das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), reconhecido em 2014 em seu balanço, uma vez que as circunstâncias presentes na decisão que embasou o registro inicial não se modificaram. Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 22/02/2019, no título “Base para opinião com ressalva”, registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se trata de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 141ª Reunião, realizada em 14/03/2019, emitiu Parecer concordando com a opinião do Auditor Independente;

(iii) o escritório Siqueira Castro Advogados emitiu Nota Técnica acerca da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFND. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015, com sua atualização emitida em 18/01/2019, além de trazer uma análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em análise técnica e contábil, que considera que o crédito das OFND é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das entidades detentoras desse crédito; (iv) decisões do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que tem negado provimento ao Recurso Especial da União, mantendo a improcedência da ação rescisória; e (v) a norma brasileira de contabilidade – NBC TG 25 (R1) dispõe que, quando a realização ou ganho de um ativo for praticamente certa, este não pode ser considerado um ativo contingente.

Baseado nas análises procedidas, os membros deste Conselho Deliberativo, com exceção da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva e do conselheiro Pedro Francisco Dias Calheiros Boite, concordam com a manutenção do registro contábil do crédito das OFND.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e é de opinião que as mesmas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

Ricardo Cesar Quintella Lioy
Presidente do Conselho Deliberativo

Diego Cunha Brum
Conselheiro Titular

Daniel Moraes da Costa
Conselheiro Titular

Hermínio de Aguiar Caldeira
Conselheiro Titular

Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular

16. MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos a leitura deste Relatório Anual de Informações.

Finalizamos destacando que 2019 será um ano com grandes desafios. Seguem alguns deles:

- Implementação de Plano de Contribuição Definida para novos empregados e participantes que não aderiram ao BD;
- Elaboração de estudo visando a implantação de Plano Família;
- Obtenção do Selo de Autorregulação de Investimento da Abrapp;
- Início de gerenciamento eletrônico de documentos;
- Continuação da renovação do parque tecnológico;
- Recadastramento dos participantes ativos;
- Cadastramento dos Beneficiários Previdenciários reconhecidos pelo INSS;
- Visitas do Instituto às patrocinadoras.

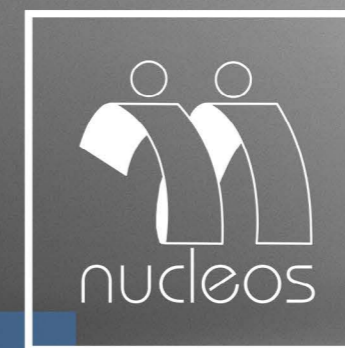
* * * * *

Relatório Anual 2018 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

Coordenação de produção: Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial: Plus Interativa
www.plusinterativa.com - (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

Jornalista Responsável: Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Av. República do Chile, 230 - 15º andar
Ala Sul, Centro – RJ | CEP: 20031-919

0800-024-1997 | 21 2173-1410
21 2173-1492 | 21 2173-1493

atendimento@nucleos.com.br

www.nucleos.com.br

